



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
Concurso Público (Aplicação: 17/3/2001)

CARGO:
ANALISTA

ÁREA:
Área de Conhecimento 2

Nas questões de 1 a 35, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. A marcação na coluna **SR** na Folha de Respostas não acarretará penalização; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

A partir da análise das situações jurídicas apresentadas, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.

Mévio rescindiu o contrato de trabalho até então mantido com Caio, em face do abandono do emprego por parte do trabalhador. Mévio pagou a Caio, a título de verbas rescisórias, apenas R\$ 10,00, detalhando, no documento de rescisão, os valores que o empregado deixara de receber em decorrência da justa causa da demissão. Caio assinou o recibo mas, irredimido, informou a Mévio que iria procurar os seus direitos. Intentando prevenir prejuízos, Mévio ajuizou ação de consignação em pagamento perante a justiça do trabalho, requerendo autorização judicial para efetivar o depósito de R\$ 500,00, valor esse correspondente ao que seria devido ao trabalhador se este não tivesse dado causa à rescisão do contrato de trabalho. Na mesma petição, Mévio sustentou a justa causa perpetrada por Caio, apresentou os cartões de ponto que demonstravam o abandono do emprego, requereu a produção de prova testemunhal para efeito de confirmar o abandono e, ao final, postulou a prolação de declaração judicial em que se reconhecesse a justa causa e liberasse o empregador do pagamento da importância consignada, bem assim que se lhe restituísse, em consequência, o depósito efetuado no início da ação.

Na situação presente, a via processual eleita não é hábil a que o autor obtenha declaração de que não é obrigado a pagar, embora seja cabível ação de consignação perante a justiça do trabalho.

- 2 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinado município instituiu taxa de iluminação pública, para efeito de custeio do serviço público de iluminação das vias municipais urbanas. A exação novel seria devida pelos munícipes proprietários de imóveis urbanos em cujos logradouros houvesse iluminação pública. Sua cobrança se faria juntamente com a taxa de limpeza pública e o imposto predial e territorial urbano. Todavia, entendendo inconstitucional a exação, o Ministério Público ajuizou ação civil pública tentando obstar a cobrança da taxa, com efeito *erga omnes* em favor de todos os cidadãos da referida municipalidade.

Nessa situação, embora os municípios tenham competência para instituir taxas, a taxa de iluminação pública é inconstitucional, haja vista o serviço não ser específico e divisível em relação a cada imóvel ou contribuinte. Por outro lado, é imprópria a via da ação civil pública, já que se intenta promover a defesa de direitos individuais homogêneos de contribuintes, e não de consumidores.

- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

O gestor de uma empresa pública federal contratou a aquisição de equipamento de informática de elevado custo sem a realização de licitação. Fundamentou o ato no preceito da lei de licitações que dispõe ser tal procedimento inexigível para a aquisição de equipamento que só possa ser fornecido por fabricante exclusivo. Ato contínuo, foi ajuizada ação popular pelo proprietário de outra empresa, fabricante de equipamento de desempenho absolutamente compatível com o que o administrador intentava adquirir, por meio da qual se impugnava o contrato.

Nessa situação, estando suficientemente demonstrado o desvio de finalidade, o ato deverá, ao final da ação, ser revogado pelo juiz, haja vista as empresas públicas também se submeterem à disciplina das licitações públicas para a contratação de serviços e aquisição de materiais. Ademais, o fato de ser interessado em participar de eventual licitação não torna ilegítimo um cidadão, para efeito da propositura de ação popular.

- 4 A concessão de liminar em sede de mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário, independentemente da efetivação do depósito do montante integral do valor do tributo.

- 5 Considere a seguinte situação hipotética.

Instalada em terreno contíguo a uma área de propriedade do município, uma escola particular obteve autorização da prefeitura para fechar com muros e gramar a área pública, fazendo no local um campo de futebol para a prática desportiva dos seus alunos. Três anos depois, encerrada a administração municipal de então, o novo prefeito informou à escola que seriam construídas quadras esportivas naquela área, para uso de todo o público. A escola formalizou a entrega da área e a prefeitura colocou no local um trator, a pretexto de ser usado na realização da obra. Três meses após a desocupação, não se tendo iniciado a obra pública anunciada, o proprietário da escola obteve informação junto a funcionários da prefeitura de que, em verdade, jamais houvera projeto para construção naquele local, sendo informado, oficiosamente, que a determinação do prefeito de retomada do terreno tivera motivação de índole política, já que o proprietário da escola era militante do mesmo partido político do antigo prefeito.

Nessa situação, considerando o tempo decorrido desde a desocupação e o evidente desvio de finalidade do ato praticado pelo prefeito, é legítima a utilização de ação possessória pela escola — especificamente, ação de reintegração de posse —, para efeito de reaver a posse do terreno.

Com relação aos meios de defesa consagrados no direito brasileiro, julgue os itens abaixo.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

João deixou de recolher, durante todo o ano de 1998, o imposto sobre produtos industrializados devido pela empresa XYZ Ltda., da qual era sócio-gerente. Realizado o procedimento fiscal pertinente, a União, por meio da procuradoria da fazenda nacional, promoveu, então, a execução fiscal respectiva. A citação da empresa foi, contudo, efetivada por meio de edital, já que a executada encerrara suas atividades. Não sendo encontrados bens da empresa, a União requereu, então, a inclusão de João no pólo passivo da execução, na condição de responsável tributário. Citado pessoalmente, João não pagou o débito exequendo nem indicou bens a penhora, razão pela qual, a pedido da exequente, o juízo determinou a penhora de um imóvel comercial de propriedade de João. Ato contínuo, Maria, esposa de João, opôs embargos de terceiro, pretendendo que se excluísse a sua meação, relativamente ao imóvel, da penhora e do subsequente praxeamento do bem.

Nessa situação, João responde, de fato, como responsável tributário pela dívida da empresa. Ademais, a via dos embargos de terceiro é adequada para Maria afastar a constrição sobre a sua meação, a qual só responderá pelo débito exequendo se houver prova, cujo ônus é da União, de que Maria se beneficiou dos atos ilícitos praticados por João.

2 Considere a seguinte situação hipotética.

Restando abalada a subsistência do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em face dos efeitos de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que definiu o direito dos trabalhadores à remuneração do saldo de suas contas vinculadas por índices expurgados da inflação por ocasião da implantação de planos econômicos em anos passados, o presidente da República editou, então, medida provisória que alterava a hipótese de levantamento dos depósitos efetuados pelos empregadores. Dispôs a medida provisória que os empregados demitidos sem justa causa que fizessem uso do seguro-desemprego e, a par disso, obtivessem novo emprego até sessenta dias após a rescisão do contrato de trabalho, não poderiam movimentar sua conta vinculada junto ao FGTS. Irresignado com a disciplina novel, o sindicato dos bancários de uma das unidades da Federação impetrou mandado de segurança coletivo perante o STF, buscando a concessão de ordem judicial que obstasse os efeitos do ato do presidente da República.

Nessa situação, o sindicato estará agindo como substituto processual, de modo que não precisará de autorização expressa dos seus filiados para ingressar em juízo. Todavia, a segurança não poderá ser concedida, haja vista a impetração ser direcionada contra lei (*lato sensu*) em tese.

3 Considere a seguinte situação hipotética.

Em uma ação fiscal, os agentes da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) constataram que dois empregados da empresa Alfa trabalhavam sem registro, de modo que os respectivos contratos de trabalho não haviam sido anotados nas carteiras de trabalho e previdência social (CTPSs) dos trabalhadores. Os fiscais do trabalho lavraram, então, auto de infração, após o que a empresa apresentou defesa junto à DRT. À luz dos fatos e da defesa articulada, a autoridade competente houve por bem impor à infratora multa no patamar mínimo definido em lei, notificando-a, em seqüência, dando-lhe ciência do prazo para a interposição de recurso administrativo e do valor que haveria de ser depositado para efeito da admissibilidade do recurso. Inconformada com a exigência, a empresa Alfa impetrou mandado de segurança contra o ato do delegado do trabalho, pretendendo a concessão de ordem judicial que lhe garantisse o processamento do seu recurso administrativo independentemente do depósito da multa em discussão.

Nessa situação, a ordem mandamental deverá ser concedida, haja vista a exigência de depósito em processo administrativo, como condição de admissibilidade de recurso, violar o princípio da ampla defesa.

4 Considere a seguinte situação hipotética.

Ante a insatisfação com o processo de escolha dos representantes eleitos, tomou vulto mobilização popular, originada no Distrito Federal, e veio a ser apresentada à Câmara dos Deputados proposta de emenda à Constituição da República — subscrita por quantidade de eleitores em muito superior ao patamar mínimo, definido no texto constitucional, para a iniciativa popular —, no sentido de que os votos dos cidadãos não fossem equivalentes entre si. Argumentou-se, na respectiva exposição de motivos, que algumas universidades do país, que, em tese, seriam um modelo de experiência democrática, adotavam pesos diferenciados para os votos de professores, funcionários e alunos no processo de escolha dos respectivos reitores. Assim, propôs-se que a justiça eleitoral efetivasse amplo recadastramento, de modo a apurar-se o nível de escolaridade de todo o eleitorado e, assim, estabelecer-se, à luz da proporção, o valor do voto dos cidadãos com nível de escolaridade superior, médio e fundamental, assegurando-se que um governante não mais fosse eleito tão-somente com o voto da população de baixa escolaridade, iludida com promessas e práticas menores. Ante a impossibilidade de acolhimento de proposta de iniciativa popular para emendar a Constituição, metade dos membros da Câmara dos Deputados resolveu acolher a proposta e subscrevê-la. Tão logo se iniciou o processo legislativo respectivo, um partido com representação no Congresso Nacional impetrou mandado de segurança perante o STF, postulando a concessão de ordem mandamental que impedisse a tramitação da referida emenda.

Nessa situação, a ordem mandamental postulada deve ser denegada, haja vista ser inconcebível que o STF se pronuncie sobre a constitucionalidade de um projeto legislativo antes que ele se transforme em norma jurídica.

5 Considere a seguinte situação hipotética.

Instituído o *Disque-Gato* pela Companhia de Saneamento do Distrito Federal (CAESB) — telefone para recebimento de informações sobre a exploração clandestina de água, em detrimento do fornecimento oficial —, a fiscalização do referido órgão foi cientificada da existência de poço artesiano não-autorizado em determinada residência. No local, os agentes identificaram a irregularidade, mas foram advertidos pelo proprietário do imóvel de que não lacrassem ou destruíssem o poço sem antes lhe apresentarem ordem judicial autorizando o procedimento. Indiferentes aos protestos do proprietário, os agentes interditaram a instalação, colocando um lacre na rede hidráulica que ligava o poço artesiano à residência, lavrando, em seqüência, o respectivo auto de infração. Inconformado, o proprietário do imóvel ajuizou ação de reparação de danos materiais e morais contra a CAESB, alegando que a instalação do poço fora regularmente autorizada por aquele órgão.

Na situação proposta, o exercício do poder de polícia, independentemente de ordem judicial para a prática de atos de constrição, não viola o direito de defesa do cidadão. Ademais, é ônus do autor da ação provar a regularidade da instalação e exploração do poço artesiano, de modo a afastar a presunção de legitimidade do ato de interdição.

Acerca da disciplina dos contratos no direito brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 1 Considere a situação hipotética a seguir.

A Padaria Santos Ltda. adquiriu o fundo de comércio da Padaria Silva Ltda., prosseguindo, no mesmo local, com as atividades até então desenvolvidas pela empresa adquirida. O contrato celebrado dispôs que a adquirente sucedia a adquirida em todos os seus créditos, mas que os sócios desta responderiam pelas obrigações da pessoa jurídica contraídas até a data da alienação, fossem de natureza civil, comercial, trabalhista ou tributária. Subseqüentemente, a Padaria Santos Ltda. foi citada em execução fiscal, na qual a exequente cobrava tributo federal não-recolhido pela Padaria Silva Ltda. anteriormente à transferência das suas quotas.

Nessa situação, a responsabilidade da Padaria Santos Ltda. pelo débito fiscal exequendo será afastada mediante a demonstração dos termos do contrato de transferência do fundo de comércio, prosseguindo, então, a execução fiscal contra o sócio-gerente da Padaria Silva Ltda., responsável pelo não-recolhimento do tributo.

- 2 A exceção de contrato não-cumprido — consoante a qual nenhum dos contratantes, antes de cumprida sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro — é própria dos contratos regulados pelo direito privado, não tendo aplicação no âmbito do direito administrativo, em face das chamadas cláusulas exorbitantes lícitas dos contratos administrativos. Assim, quando a administração pública não realiza os pagamentos devidos em face da execução de contrato administrativo de manutenção de aparelhos condicionadores de ar, por exemplo, não podendo o particular cessar a prestação que lhe cabe, pode o contratado, contudo, pleitear em juízo a rescisão da avença e propugnar por perdas e danos.
- 3 Considere a situação hipotética a seguir.

Antônio contratou Manoel e Lima para efetuarem a construção de um muro em sua residência. No ajuste verbal, ficou definido que Antônio forneceria o material e que Manoel e Lima trabalhariam das oito às dezessete horas, com intervalo de uma hora para almoço, de segunda a sexta-feira, até concluírem a construção. Como a obra seria concluída, seguramente, em menos de um mês, ajustaram o preço de R\$ 1.000,00 pelo serviço de preparação do local e construção do muro, a ser pago ao final. Antônio, que era engenheiro, dirigiu toda execução do trabalho e controlava o horário dos trabalhadores, de modo que estes somente se ausentavam do local de trabalho mediante permissão de Antônio. Em determinada ocasião, logo no início do trabalho do dia, Antônio proibiu, contundentemente, que João trabalhasse no lugar de Lima, que se ausentara para resolver problemas particulares.

Nessa situação, está caracterizado um contrato de empreitada por obra certa, haja vista a inexistência, no direito brasileiro, de contrato de trabalho por prazo determinado cuja vigência esteja adstrita à execução de serviços especificados.

- 4 Considerando que, na outorga de um mandato, o mandante tenha-se limitado a conferir poderes ao mandatário em termos gerais — “o mandante confere ao mandatário poderes para representá-lo e praticar, em seu nome, todos os atos da vida civil” —, então o mandatário não terá poderes para alienar bens do mandante. Ademais, caso se ajustasse uma remuneração pela execução do mandato, a natureza da avença não seria, por este fato, transmutada de contrato de mandato para contrato de gestão de negócios.
- 5 Caso apenas um dos três sócios de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada não tivesse integralizado a sua terça parte do capital social de um milhão de reais, então, em caso de falência da sociedade, somente ele responderia pela quantia que faltasse para preencher o pagamento das quotas não-inteiraamente liberadas.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao direito processual do trabalho.

- 1 Considere a situação hipotética a seguir.

Reformando a sentença do juízo de primeiro grau, a corte regional julgou que as provas trazidas pelo reclamante não demonstravam a existência de vínculo empregatício com a reclamada, julgando, em decorrência, improcedentes todos os pedidos formulados na reclamação trabalhista. Ato contínuo, o empregado interpôs recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), cujo objeto consistia na postulação de que aquela corte reavaliasse a prova trazida aos autos e, em consequência, restaurasse os efeitos da sentença da vara trabalhista que julgara procedentes os pedidos deduzidos na inicial.

Nessa situação, o recurso de revista não será admitido.

- 2 Considere a situação hipotética a seguir.

Tendo fluído *in albis* o prazo assinado à executada para efetuar o pagamento da dívida trabalhista definida em sentença judicial ou nomear bens à penhora, constatou-se, subseqüentemente, a inexistência de bens da executada no domicílio das partes. O exequente requereu, então, que se efetivasse a penhora e o praxeamento de um imóvel de propriedade da executada, localizado em outro estado da Federação. Expedida a carta precatória, efetivada a penhora e intimada desta a executada, foram opostos embargos pela devedora.

Nessa situação, se o objeto dos embargos se restringir a vícios da penhora, a competência para julgá-los será do juízo deprecado.

- 3 Será do reclamante o ônus de produzir prova acerca dos fatos que fundamentam o seu pedido de equiparação salarial, sendo do empregador o ônus de provar tão-somente fatos impeditivos, modificativos ou extintivos da equiparação.
- 4 Considere a situação hipotética a seguir.

Despedido sem justa causa em 17/2/1999, o empregado ajuizou reclamação trabalhista em 8/2/2001, pretendendo o pagamento do aviso prévio que não lhe fora pago por ocasião da demissão. Efetivou-se, então, a notificação da reclamada, sendo ambas as partes intimadas da designação da audiência de conciliação e julgamento para o dia 16/2/2001, às quinze horas. Na data aprazada, o reclamante atrasou-se, de modo que, ao chegar no cartório da vara, foi informado que sua reclamação fora arquivada. Contudo, no dia 19/2/2001, segunda-feira, o advogado do reclamante distribuiu nova reclamação, com idêntico objeto.

Nessa situação, estará consumada a prescrição da pretensão de reclamar a verba relativa ao aviso prévio.

- 5 A perempção, no processo civil, e o arquivamento sucessivo de duas reclamações idênticas, no processo do trabalho, produzem a mesma consequência processual para os respectivos autores.

Julgue os seguintes itens, relativos aos direitos do trabalhador brasileiro.

- 1 Considere a situação hipotética a seguir.

Um empregado de uma empresa de materiais de construção ajustou com o seu empregador a aquisição de madeira, tijolos e cimento para a construção de sua casa, dividindo o preço correspondente em doze pagamentos de igual valor. Cinco meses depois, contudo, o empregado foi demitido por trabalhar sob o efeito de substância entorpecente.

Nessa situação, ao efetuar o pagamento das verbas rescisórias, o empregador não poderá efetuar o desconto das parcelas ainda devidas, relativas ao pagamento do material de construção adquirido.

- 2 Considerando que um contrato de trabalho esteja vigendo por exatos dez meses, ao longo dos quais a remuneração mensal do empregado foi sempre de R\$ 600,00, então, não sendo demitido por justa causa, mas, sim, a pedido, o empregado terá direito ao pagamento de férias proporcionais no valor de R\$ 500,00.

- 3 Considere a situação hipotética a seguir.

Jonas celebrou contrato de trabalho em 22/2/1997, no dia em que completou dezesseis anos de idade. Exatamente dois anos depois, Jonas foi demitido sem justa causa, não lhe tendo sido pagas as verbas rescisórias devidas. Em 23/2/2001, Jonas ajuizou reclamação trabalhista contra o seu antigo empregador.

Nessa situação, não está prescrita a pretensão de Jonas, deduzida contra o seu ex-empregador, haja vista não fluir prazo prescricional contra menores no âmbito das relações de direito privado. Ademais, ainda que houvesse prescrição, o juízo trabalhista não poderia pronunciá-la sem que fosse invocada pelo reclamado.

- 4 Considere a situação hipotética a seguir.

Situado nas proximidades de um rio, o galpão de uma cerealista começou a ser invadido pelas águas, quando já se encerrara a jornada de trabalho, em dia de intensa chuva. Ante a iminência da perda de toda a mercadoria colocada no piso do estabelecimento, o empregador determinou que todos os empregados auxiliassem na remoção da mercadoria para local seguro. O trabalho foi encerrado às 22 horas.

Nessa situação, as horas trabalhadas além da jornada serão remuneradas em seu valor normal, não-acrescidas do adicional de horas extras de 50%.

- 5 Por meio das convenções coletivas de trabalho, pode ser afastada a aplicabilidade de disposições de contratos individuais de trabalho, mas não de leis. Assim, as convenções coletivas de trabalho podem assegurar aos trabalhadores direitos não-previstos em lei, sendo inconcebível, contudo, que se ampliem garantias já conquistadas pelos trabalhadores, cujos parâmetros foram definidos em lei — por exemplo, tendo a lei fixado, para o trabalho noturno, remuneração acrescida de 20% do valor da hora diurna, seria ilegal a fixação do adicional em patamar superior, por meio de convenção coletiva de trabalho.

Acerca dos direitos reais e obrigacionais no sistema jurídico brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 1 Considere a situação hipotética a seguir.

Em sede de acordo judicial, o Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista do âmbito da administração indireta federal, recebeu de um devedor uma gleba de terra de quatrocentos hectares, em pagamento de dívida vencida. A propriedade foi regularmente transferida para a instituição financeira, mas os gestores desta nunca diligenciaram no sentido de prover os cuidados devidos ao imóvel. Assim, alguns meses após a transferência, duzentos hectares daquela propriedade foram ocupados por um proprietário lindeiro, o qual passou a produzir soja na área ocupada, ampliando, assim, os limites da sua plantação. Passados mais de vinte anos, nos quais o invasor explorou a área como se fosse sua, foi ajuizada ação de usucapião, por meio da qual o invasor pretendia obter, além da posse, também a propriedade da área invadida.

Nessa situação, a competência para processar e julgar a ação é da justiça estadual. Ademais, o pedido do invasor será julgado improcedente, já que os bens das sociedades de economia mista não são passíveis de usucapião.

- 2 Por meio da alienação fiduciária em garantia, a propriedade da coisa alienada e a sua posse indireta são transferidas ao credor, ou proprietário fiduciário, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se, o devedor fiduciante, possuidor direto e depositário. Não sendo paga a dívida garantida no seu vencimento, consolida-se a propriedade em mãos do credor, restando este autorizado a ficar com a coisa alienada em garantia.

- 3 Considere a situação hipotética a seguir.

Desgovernado, em face de defeito na sua barra de direção, um ônibus precipitou-se de elevada altura na Serra de Petrópolis - RJ, causando a morte de cinquenta passageiros. Subseqüentemente, a perícia oficial constatou a quebra daquela peça do veículo. Proposta ação de indenização por parentes das vítimas, a empresa transportadora alegou sua ilegitimidade passiva, já que o veículo era novo, sendo aquela a sua primeira viagem.

Nessa situação, a responsabilidade do transportador pelo acidente não é elidida pela culpa do fabricante do ônibus, contra o qual tem ação regressiva.

- 4 No concurso de credores, seja na insolvência civil, seja na falência, os créditos garantidos por direitos reais têm preferência sobre todos os demais, à exceção dos créditos de natureza trabalhista.

- 5 Considere a situação hipotética a seguir.

A receita federal apurou e lançou crédito tributário, relativo à contribuição sobre o faturamento, em face da documentação contábil da empresa Beta. Ocorre que a mesma empresa era contratada pelo serviço público federal para prestar serviços de topografia em assentamentos do programa de reforma agrária, estando o órgão contratante inadimplente para com os pagamentos da contratada em valor três vezes superior ao crédito tributário lançado. Assim, a empresa Beta protocolou petição na repartição fiscal, por meio da qual postulava a compensação do seu débito tributário com os créditos de que era titular, argumentando que a lei civil prevê que, se duas pessoas forem, ao mesmo tempo, credora e devedora uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

Nessa situação, o ente público não poderá opor-se à compensação do crédito, já que a lei tributária não pode ignorar os institutos previstos no ordenamento jurídico, sendo que a definição e o alcance destes não podem ser alterados para efeitos meramente fiscais.

QUESTÃO 7

Com referência ao regime jurídico das sociedades por ações, julgue os itens a seguir.

- ❶ O ordenamento jurídico brasileiro prevê a existência de companhia originariamente integrada por apenas um sócio.
- ❷ Considerando que duas companhias do setor de tecelagem decidissem fundir-se, criando uma sociedade nova, e sendo uma delas emissora de debêntures em circulação, em relação às quais não haveria qualquer alteração quanto às regras pertinentes ao resgate, então a fusão dependeria, necessariamente, de prévia aprovação da assembléia dos debenturistas.
- ❸ A empresa pública é um tipo de sociedade anônima de capital fechado, não podendo essa espécie de companhia gozar de privilégio fiscal não-extensivo às do setor privado.
- ❹ Considerando que, em 20/3/2001, o juiz tivesse despachado o pedido de concordata preventiva de uma companhia, determinando o seu processamento, então, a partir daquela data, os débitos vencidos da concordatária, fossem de natureza civil, comercial ou tributário, ficariam sujeitos à mesma forma de atualização e rendimento de juros, independentemente das estipulações contratuais e legais diversas, aplicáveis até então.
- ❺ Considere a situação hipotética a seguir.

Decretada a falência da companhia Celta e comunicado tal fato às varas cíveis da comarca, todas as execuções em processamento naqueles juízos foram encaminhadas ao juízo falimentar. Subseqüentemente, o síndico informou, nos autos, a existência de uma execução — suspensa em face da pendência de julgamento dos embargos opostos — movida contra a companhia Celta por empresa pública federal, em trâmite na vara da justiça federal sediada na mesma cidade.

Nessa situação, ainda que o crédito da empresa pública não tenha qualquer direito de preferência em relação aos demais, os autos da execução e dos respectivos embargos não serão encaminhados pelo juízo federal ao juízo universal da falência.

QUESTÃO 8

Julgue os itens a seguir, relativos aos títulos de crédito.

- ❶ A debênture pode ter garantia real ou fluante, ou ambas, cumulativamente. A garantia fluante, embora confira ao título de crédito privilégio geral sobre o ativo da companhia, não impede a negociação dos bens que compõem esse ativo.
- ❷ As debêntures podem ser convertidas em ações mediante aprovação da assembléia geral da companhia e do agente fiduciário dos debenturistas, não sendo necessária a prévia aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na hipótese de a operação se efetivar sem o aumento do capital social.
- ❸ A deliberação sobre a emissão de debêntures é da competência privativa da assembléia geral da companhia, mas a deliberação sobre a oportunidade da emissão pode ser delegada, nas companhias abertas, ao respectivo conselho de administração.
- ❹ Caso fosse aposto cruzamento especial em um cheque, com a indicação "Caixa Econômica Federal", então o cheque só poderia ser pago pelo sacado àquele ente financeiro, ou, se este fosse o sacado, a cliente seu, mediante crédito em conta.
- ❺ A duplicata de prestação de serviços, não-paga no vencimento, é título hábil a embasar pedido de decretação de falência do devedor.

QUESTÃO 9

Relativamente à atividade comercial, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A empresa que adotar o regime de venda mercantil com emissão de duplicata de fatura, para circulação como título de crédito, deverá manter e escriturar, obrigatoriamente, um livro de registro de duplicatas, que poderá ser substituído por sistema mecanizado em que se consignem as informações necessárias àquele registro.
- ❷ Os comerciantes estão obrigados a exibir os livros comerciais e fiscais à fiscalização tributária, não existindo, portanto, sigilo comercial em relação à fazenda pública.
- ❸ Considere a situação hipotética a seguir.

A empresa Monopólio Ltda. adquiriu o supermercado Vizinho Ltda., estrategicamente localizado em área nobre da cidade. No respectivo contrato, estabeleceu-se cláusula de não-restabelecimento, por meio da qual os proprietários do fundo de comércio alienado se obrigavam a não estabelecer um novo supermercado, no mesmo município, no período de dez anos.

Nessa situação, sendo questionada em juízo, a cláusula de não-restabelecimento não subsistirá, já que se contrapõe ao princípio da legalidade, consoante o qual ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei.

- ❹ A mulher casada que pretenda estabelecer-se como comerciante deverá apresentar a necessária autorização marital, por ocasião do respectivo registro na junta comercial, haja vista a existência de norma especial nesse sentido, no âmbito da legislação comercial, em face dos riscos da profissão mercantil.
- ❺ A sentença estrangeira proferida contra empresa importadora brasileira só será executada no Brasil mediante a concessão de *exequatur* pelo STF.

QUESTÃO 10

Acerca das empresas, julgue os seguintes itens.

- ❶ Considere a situação hipotética a seguir.
Definidas as cláusulas do contrato de constituição da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, os sócios lavraram, então, o contrato, reconheceram as respectivas firmas, integralizaram todas as quotas do capital social e, em seqüência, iniciaram as atividades da empresa. Dois anos depois, contudo, foi decretada a falência da sociedade.
Nessa situação, não tendo havido o registro da sociedade na junta comercial, a responsabilidade dos sócios pelos débitos da sociedade não estará limitada ao capital social integralizado.
- ❷ Considerando que um comerciante tivesse sido condenado em processo falimentar e, em face disso, estivesse proibido de exercer a atividade comercial, então não poderia ser sujeito ativo ou passivo em processo falimentar diverso.
- ❸ O ponto comercial consitui bem incorpóreo pertencente ao estabelecimento comercial, ainda que o imóvel onde esteja instalada a empresa não seja de sua propriedade.
- ❹ A razão social de uma sociedade de pessoas é inalienável, ainda que a empresa seja transferida a terceiros, enquanto a denominação de uma sociedade de capital é transmissível a terceiros, com ou sem a empresa.
- ❺ Consoante a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, o juiz pode julgar ineficaz a personificação societária sempre que for usada com abuso de direito, para fraudar a lei ou prejudicar terceiros.

QUESTÃO 11

Acerca dos poderes da República e da competência das unidades da Federação, julgue os itens abaixo.

- 1 Considere a situação hipotética a seguir.

Invocando o poder regulamentar previsto na Constituição da República, o presidente da República editou decreto regulamentando a lei que dispôs acerca da demissão de servidores estáveis mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho. Questionados judicialmente os atos de exoneração praticados com amparo na nova lei e no respectivo decreto que a regulamentara, diversos juízes federais negaram liminares em favor dos servidores atingidos, entendendo constitucionais a lei e o decreto que embasaram as exonerações, mas outros tantos determinaram a reintegração liminar dos servidores, entendendo que os atos questionados, embora perfeitamente adstritos aos termos do decreto que delimitava procedimentos administrativos, estavam em desconformidade com o texto constitucional, afirmando-se que o decreto em comento não assegurava a ampla defesa do servidor.

Nessa situação, revela-se legítimo o controle judiciário dos atos da administração. Todavia, o presidente da República terá legitimidade para ajuizar ação declaratória de constitucionalidade, postulando que o STF se pronuncie sobre a conformidade daquele decreto com a Constituição, sendo incabível, em tal hipótese, a concessão de medida cautelar com efeito vinculante para efeito de assegurar, ainda que temporariamente, os efeitos da futura decisão de mérito da ação declaratória.

- 2 Caso uma empresa com domicílio no Brasil pretendesse ajuizar ação de reparação de danos contra o Canadá, em face dos prejuízos que os atos dos agentes públicos daquele país tivessem causado às suas exportações de carne bovina, então o STF seria o órgão competente para processar e julgar a ação.
- 3 As comissões parlamentares de inquérito não têm poderes para decretar a prisão, temporária ou preventiva, nem para efetuar a quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico de pessoas investigadas, devendo, se necessário, encaminhar ao Poder Judiciário as postulações para a prática de tais atos constitutivos.
- 4 Considerando que inexistisse lei federal sobre normas gerais, então o estado de São Paulo poderia exercer competência legislativa plena, em matéria de direito penitenciário, para atender a suas peculiaridades. A superveniência de lei federal sobre normas gerais, outrossim, não revogaria a legislação estadual, no que lhe fosse contrário.
- 5 O presidente da República pode expedir decreto majorando a alíquota do imposto sobre produtos industrializados, mas a exação não poderá ser exigida em sua nova alíquota no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicado aquele decreto.

QUESTÃO 12

Acerca das licitações e dos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 1 As modalidades possíveis de licitação são tão-somente as previstas na lei federal específica, sendo defeso aos estados e municípios criar, para o âmbito de sua esfera de atuação, novos tipos de licitação, ainda que decorram da combinação das regras pertinentes às modalidades previstas na referida legislação federal.
- 2 Caso a administração pública decidisse alienar imóvel que tivesse sido adjudicado em execução fiscal, então deveria ser adotado procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.
- 3 Considere a situação hipotética a seguir.
Realizado concurso público pela Universidade de Brasília para a contratação de professor, o selecionado foi nomeado, empossado e entrou em exercício sob o regime de dedicação parcial. Todavia, ao lançar os dados respectivos nos computadores do órgão, o servidor consignou, de boa-fé, que o novo docente lecionava sob o regime de dedicação exclusiva, decorrendo disso que o professor passou a perceber, desde o início da sua contratação, remuneração significativamente maior. Alheio ao erro, uma vez que desconhecia os parâmetros de remuneração do ente público, o professor seguiu sendo remunerado, anos a fio, em patamar mais elevado. Sete anos depois, contudo, precisamente em fevereiro de 2001, por ocasião de recadastramento geral promovido pelo órgão, foi constatado o erro.
Nessa situação, o órgão deverá anular, de ofício, o ato que ensejou o pagamento indevido, já que dos atos ilegais não se originam direitos.
- 4 Diversamente do que ocorre no âmbito das relações privadas, os atos administrativos são orientados pelo princípio de que a administração pública só pode realizar aquilo que é autorizado em lei. Logo, a administração pública não pode, no desempenho de suas atividades, praticar atos ou celebrar contratos em regime de direito privado.
- 5 O processo administrativo de que resulte a imposição de sanção a empresa contratada inadimplente não poderá ser revisto de ofício pela administração, sendo ônus da interessada a apresentação de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada.

QUESTÃO 13

Julgue os itens que se seguem, relativos a atos e fatos jurídicos.

- 1 Considerando que, instaurado o concurso de credores, o juiz constatasse que alguns bens haviam sido transmitidos a parente, a título gratuito, quando o estado de insolvência do devedor já era irreversível, então o julgador poderia, de ofício, anular os atos de transferência dos bens, pronunciando a fraude contra os credores.
- 2 Não havendo disposição legal que imponha a observância de determinada forma, os atos jurídicos podem ser praticados livremente. Os atos administrativos, contudo, não de observar, necessariamente, a forma escrita para serem válidos no orbe jurídico.
- 3 Para efeito de certeza quanto à responsabilidade civil e criminal pelos atos praticados por seus gestores, é vedado aos sócios-gerentes das sociedades por quotas de responsabilidade limitada delegar o uso da firma social. Se o fizerem, os sócios-gerentes respondem para com a sociedade e para com terceiros, solidária e ilimitadamente, pelos atos praticados.
- 4 Considere a situação hipotética a seguir.
Determinada a citação do réu por edital, com prazo de trinta dias, em ação de divórcio em que a autora era beneficiária da assistência judiciária, o edital foi publicado no dia 9 de março, sexta-feira.
Nessa situação, o prazo final para o réu contestar a ação será o dia 9 de abril, segunda-feira.
- 5 Caso viesse a editar medida provisória alterando a data de pagamento dos servidores da administração pública federal, o presidente da República praticaria ato administrativo normativo, classificado, no caso, também como ato administrativo de império.

Acerca dos tributos e das normas relativas à sua incidência, julgue os itens seguintes.

1 A Constituição da República estabelece:

Art. 8.º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

(...)

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

Essa contribuição confederativa é encargo despido de natureza tributária, não sujeitando, portanto, todos os membros da categoria, mas tão-somente os filiados da entidade de representação profissional.

2 Considere a situação hipotética a seguir.

O sindicato que congrega as empresas construtoras em determinada cidade construiu um amplo edifício em terreno de sua propriedade, passando a funcionar, no local, a sede administrativa do referido ente sindical. No edifício em questão, havia um espaçoso auditório, com capacidade para a acomodação de assistência de quinhentas pessoas.

Nessa situação, se o auditório não for explorado comercialmente, a entidade estará imune à incidência do imposto incidente sobre a propriedade do imóvel.

3 A capacidade tributária passiva independe de estar a pessoa jurídica — especificamente, uma sociedade comercial — regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica.

4 Considere a situação hipotética a seguir.

Inadvertidamente, o juiz de uma vara de fazenda pública estadual determinou a citação do devedor em execução promovida pelo município-sede do estado, em face da inscrição na dívida ativa municipal de crédito tributário apurado em face da incidência do imposto sobre a transmissão de um bem imóvel. Não atendendo o executado ao chamamento, apesar de citado pessoalmente, e vindo os autos conclusos para despacho, o juízo reconheceu a sua incompetência, suscitada em petição pelo próprio exequente, determinando a remessa dos autos a uma das varas de fazenda pública municipal.

Nessa situação, a citação efetivada foi apta a ensejar a interrupção da prescrição, caso esse ato processual tenha sido praticado antes que se completassem cinco anos da constituição definitiva do crédito tributário.

5 Diversamente do que ocorre em ordenamentos jurídicos estrangeiros, no direito brasileiro não é admitido atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.

Julgue os itens abaixo, acerca do regime jurídico das pessoas jurídicas que integram a administração pública.

1 Considere a situação hipotética a seguir.

A empresa Delta ajuizou ação de indenização contra o estado do Tocantins e o grupo Ômega, em litisconsórcio, em decorrência dos danos advindos de sua preterição em licitação fraudulenta, promovida pelo primeiro réu e adjudicado o respectivo objeto ao segundo.

Nessa situação, mesmo sendo de quinze dias o prazo regular definido pela lei processual civil para o oferecimento de contestação, o estado do Tocantins disporá de sessenta dias para fazê-lo; para o grupo Ômega, o prazo será de trinta dias para o mesmo fim.

2 Caso seja ajuizada ação civil pública para efeito de obstar a ocorrência de dano ao patrimônio público na cidade de Goiás – GO, então, não sendo o local do dano sede de vara da justiça federal, a competência para processar e julgar a referida ação será da justiça estadual, ainda que figure no processo uma autarquia federal.

3 Caso se pretendesse criar uma fundação pública no âmbito da administração indireta de um município, então a câmara municipal deveria aprovar e o prefeito promulgar lei específica, por meio da qual fosse criada a entidade. Diversamente, se se pretendesse criar uma empresa pública federal, a lei apenas autorizaria a instituição da entidade.

4 É legítima a sujeição passiva de uma empresa pública federal a contribuição social nova, instituída por meio de lei complementar, mas a exação não pode ser exigida da entidade em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que a houver instituído.

5 A sede do Congresso Nacional, em Brasília – DF, de propriedade da União, é um bem de uso comum do povo.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 16

Sob o prisma político, 2001 começou tal como o ano 2000 terminara: com a forte presença do senador Antonio Carlos Magalhães (ACM), inicialmente fazendo pesadas acusações ao também senador Jader Barbalho e, após a vitória deste na disputa pela presidência do Senado Federal, ampliando suas denúncias, de modo a atingir vários setores do governo federal. A propósito desses acontecimentos, julgue os itens seguintes.

- 1 As vitórias de Aécio Neves e de Jader Barbalho, respectivamente para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, representaram a consolidação da base parlamentar de sustentação política do governo de Fernando Henrique Cardoso. Após algumas hesitações, o PFL marchou unido ao lado do PSDB e do PMDB nas eleições das mesas diretoras do Congresso Nacional.
- 2 Acusado de corrupto por ACM, Jader Barbalho não logrou êxito total na disputa pelo voto de seus pares: embora o senador paraense tenha sido eleito presidente do Senado, somente seu partido, o PMDB, o apoiou. Politicamente, ACM saiu fortalecido do episódio, já que as demais bancadas, do PT ao PPB, votaram no candidato indicado pelo político baiano.
- 3 Poucos dias após a eleição dos dirigentes do Poder Legislativo, a divulgação da existência de fitas contendo a conversa entre ACM e procuradores do Ministério Público Federal acionou novos e explosivos ingredientes ao quadro de crise política já instalada, pela ampliação das denúncias anteriormente feitas pelo senador baiano, envolvendo setores do governo federal, especialmente aqueles ocupados pelo PMDB.
- 4 A reação do governo federal aos novos ataques de ACM acarretou, entre outras atitudes, a exoneração de dois ministros de Estado (Previdência e Minas e Energia), baianos e politicamente ligados a Antonio Carlos Magalhães.
- 5 Demonstrando sua convicção de que as denúncias de ACM são totalmente infundadas, e talvez temeroso de uma possível reação do PMDB, o presidente da República esquivou-se de tomar qualquer atitude em relação a dois setores governamentais acusados de corrupção: o DNER e a SUDAM.

QUESTÃO 17

O seqüenciamento do genoma humano, seguramente um dos mais importantes feitos científicos da História, foi anunciado, em fevereiro de 2001, por duas das mais respeitadas revistas especializadas do planeta, a norte-americana *Science* e a britânica *Nature*. A primeira trouxe os resultados obtidos pela empresa Celera Genomics e, a segunda, os do Projeto Genoma Humano, consórcio de várias empresas públicas de pesquisa. Em relação ao tema seqüenciamento de genomas, julgue os itens que se seguem.

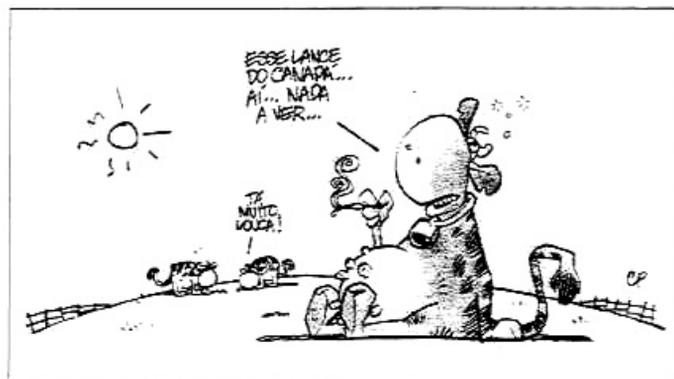
- 1 O termo **genoma** designa a coleção de genes com as informações para formar um indivíduo de uma espécie.
- 2 Uma das surpresas anunciadas pelos cientistas é o número de genes apresentado pelo ser humano, bem inferior ao que se supunha.
- 3 A acentuada diferença entre o código genético de cada indivíduo da espécie humana vem sendo utilizada de forma irresponsável por grupos ativistas para dar razão e respaldo científico a velhas teorias raciais desenvolvidas no século XIX.
- 4 Os persistentes prejuízos sofridos pelos grandes conglomerados da indústria farmacêutica, nos últimos anos, explicam a ausência da iniciativa privada nos atuais trabalhos de biotecnologia voltados para a decifração do genoma.
- 5 O Brasil entrou no seletivo grupo de países que concluíram a decifração do genoma de um organismo ao anunciar, no início de 2000, a seqüência das letras que compõem as informações genéticas de uma bactéria, causadora da doença do amarelinho, que atinge as plantações de laranja.

QUESTÃO 18

A velocidade das transformações históricas, claramente visíveis nas últimas décadas do século XX, fez que as relações internacionais de hoje se configurassem de maneira bem distinta do cenário surgido com o fim da Segunda Guerra Mundial. A propósito do quadro mundial da atualidade, julgue os itens a seguir.

- 1 O fim da guerra fria manifestou-se, na Europa, de forma radical e, aos olhos dos movimentos pacifistas, bastante promissora: o fim do Pacto de Varsóvia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) transformou o Velho Mundo em área de exclusão bélica, eliminando, em tese, as possibilidades de confrontos armados em seu território.
- 2 Exceção feita ao Iraque, de Saddam Hussein, cuja influência no cenário político do Oriente Médio é hoje quase nula, e às facções palestinas extremistas, os países árabes estão encontrando formas de convivência pacífica com Israel, cujas últimas eleições levaram ao poder os grupos judeus mais moderados e suscetíveis de concessões aos palestinos, permitindo antever o fim próximo dos conflitos entre esses dois povos.
- 3 Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os EUA passaram a comandar o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) de maneira incontestável, sem ter mais que dividir o poder de veto com outro Estado.
- 4 Extinta a URSS e desintegrado o bloco socialista do Leste europeu, a República Popular da China transformou-se no único país socialista do mundo, o que a levou a tomar medidas cada vez mais ortodoxas na defesa de seu modelo econômico refratário à presença da iniciativa privada.
- 5 Pode-se afirmar que, nos dias de hoje, as relações internacionais são fortemente contingenciadas pelas circunstâncias de um mercado crescentemente globalizado, marcado pela acirrada competição e pela tendência à formação de blocos regionais.

As charges publicadas pela imprensa têm sido, no mundo contemporâneo, excelente instrumento para captar momentos significativos do cotidiano das sociedades e, como tal, funcionam como registros importantes da História.



Cláudio Pinva. "Opinião". In: *Jornal do Brasil*, 9/2/2001, p. 9.

A propósito do que a charge reproduzida acima sugere e do assunto que ela focaliza, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A charge faz evidente referência ao contencioso que envolveu, principalmente no início de 2001, Brasil e Canadá, inicialmente motivado pela disputa de mercado entre duas empresas fabricantes de aviões — a Bombardier e a EMBRAER.
- ❷ A presença das vacas, na charge, remete à decisão canadense de suspender a importação de carne bovina proveniente do Brasil, sob a alegação de que o *mal da vaca louca* havia, comprovadamente, atingido boa parte do rebanho brasileiro.
- ❸ O Brasil reagiu às atitudes canadenses, procurando destacar o caráter político que teria presidido as ações do governo de Ottawa, tendo o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciado sua intenção de não participar da reunião da ALCA, marcada para abril, em Quebec, enquanto persistisse esse tipo de comportamento.
- ❹ O Canadá se viu isolado em suas ações contra o Brasil; até mesmo seus parceiros do NAFTA, EUA e México, recusaram-se a acompanhá-lo na decisão de boicotar a carne brasileira, chegando a impedir que seus técnicos viessem inspecionar o rebanho brasileiro.
- ❺ Contrariando as expectativas de quem acredita em certa proteção da Organização Mundial do Comércio (OMC) aos países economicamente mais poderosos, esse organismo rapidamente decidiu a disputa em favor do Brasil, o que estimulou a luta comercial de muitos outros países pobres contra países ricos.

Ao menos dezesseis presos morreram na maior rebelião da história do país, iniciada simultaneamente em 29 unidades prisionais de São Paulo, segundo balanço do governo estadual, deixando pelo menos 77 feridos. Os motins, liderados pela organização Primeiro Comando da Capital (PCC), atingiram 25 presídios, duas delegacias e dois cadeiões e só foram totalmente controlados mais de 27 horas depois de seu início.

Folha de S. Paulo, 26/2/2001, p. 1 (com adaptações).

Com o auxílio das informações contidas no texto, julgue os seguintes itens, relativos à recente rebelião de presos no estado de São Paulo e ao atual quadro do sistema penitenciário brasileiro.

- ❶ A rebelião focalizada no texto trouxe à tona, uma vez mais, a desgastada imagem do Complexo do Carandiru, na capital paulista, já marcada pela morte de mais de uma centena de presos há poucos anos.
- ❷ A atuação do PCC, formado por detentos, na organização de um motim que, de forma sincronizada, atingiu quase três dezenas de unidades prisionais no estado de São Paulo, é mais um atestado das agudas deficiências do modelo penitenciário existente no Brasil.
- ❸ Acredita-se que a presença de telefones celulares entre os presos — vital, segundo as autoridades, para o planejamento de uma rebelião simultânea em vários presídios — deva-se, entre outras possíveis razões, à deficiência na revista das visitas ou a agentes corrompidos.
- ❹ Quando ainda no exercício do governo do estado de São Paulo, Mário Covas, apesar de seus conhecidos e graves problemas de saúde na época, deu inequívoca demonstração de coragem ao comparecer ao Carandiru e, sem escolta ostensiva, oferecer-se para dialogar com os líderes da rebelião comandada pelo PCC.
- ❺ Entre os inúmeros problemas que afetam o sistema penitenciário brasileiro, podem ser lembrados a superlotação — há quem fale na falta de mais de oitenta mil vagas para condenados —, agentes penitenciários precariamente preparados para a função e que recebem baixos salários, além da própria mudança no perfil dos presos — com a entrada, por exemplo, de grandes traficantes.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Nas questões de 21 a 24, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destras. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção em relação aos programas, arquivos e diretórios utilizados.

QUESTÃO 21



Um funcionário de um órgão do governo foi encarregado de preparar um relatório e o editou no Word 97. A tela de trabalho do Word 97 com parte do relatório é mostrada na figura acima. Com relação a essa tela de trabalho e ao Word 97, julgue os itens a seguir.

- 1 Caso o usuário selecione a palavra "deste", na primeira linha do primeiro parágrafo do texto mostrado na tela de trabalho, e clique em , essa palavra será apagada, e a palavra seguinte, "relatório", juntamente com o resto do texto, será recuada para a esquerda.
- 2 Caso o usuário clique em , aparecerá a caixa de diálogo Fonte, que permite, entre outras coisas, formatar uma seleção como itálico ou negrito.
- 3 Caso o usuário realize as ações descritas a seguir, será aplicado à palavra "objetivo", na primeira linha do primeiro parágrafo do texto mostrado, o efeito taxado, fazendo que seja traçada uma linha sobre a palavra: aplicar um duplo clique entre as letras "j" e "e" da palavra "objetivo"; pressionar a tecla  e, mantendo-a pressionada, teclar em , liberando em seguida a tecla .
- 4 Caso o usuário clique em , aparecerá a caixa de diálogo Parágrafo, que permite definir parâmetros tais como recuos e espaçamento entre linhas.
- 5 Caso o usuário aplique rapidamente três cliques sucessivos entre as letras "t" e "i" da palavra "objetivo", todo o primeiro parágrafo mostrado na figura será selecionado.

Texto CI-I – questões 22 e 23

Um funcionário de um órgão governamental foi encarregado de fazer um levantamento dos custos de três projetos de pesquisa. Após avaliar os documentos pertinentes, ele utilizou os dados obtidos para elaborar uma planilha do Excel 97, cuja tela de trabalho é mostrada na figura abaixo.

ANO	1997	1998	1999
Projeto 1	15000	12000	10000
Projeto 2	11000	15000	14000
Projeto 3	30000	20000	10000

QUESTÃO 22

Com referência à figura mostrada no texto CI-I e ao Excel 97, julgue os itens que se seguem.

- 1 Caso o funcionário deseje inserir uma linha entre as linhas 2 e 3, afastando os conteúdos da linha 3 em diante uma linha para baixo, ele poderá fazê-lo com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações com o *mouse*: clicar com o botão esquerdo no cabeçalho da linha 3 —  — selecionando, assim, a linha 3; clicar, com o botão direito, no cabeçalho da linha 3, fazendo aparecer uma lista de opções; clicar com o botão esquerdo na opção Inserir.
- 2 Supondo que os números contidos nas células B3 e B4 não são resultado de aplicação de funções matemáticas, caso o funcionário execute a seqüência de ações descritas a seguir, ao final delas aparecerão os números 15000 e 11000 nas células F4 e F5, respectivamente: selecionar as células B3 e B4; clicar em ; clicar na célula F4; pressionar a tecla  e, mantendo-a pressionada, acionar a tecla , liberando em seguida a tecla .
- 3 Caso o funcionário deseje selecionar as células B2, C2 e D2, ele poderá fazê-lo com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: clicar na célula B2; pressionar a tecla  e, mantendo-a pressionada, acionar duas vezes sucessivas a tecla , liberando em seguida a tecla .
- 4 Caso o funcionário deseje formatar como negrito os conteúdos de todas as células da primeira coluna, ele poderá fazê-lo com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: clicar na célula A2; clicar em ; clicar em .
- 5 Caso o funcionário desejasse determinar as quantias totais recebidas pelos projetos 1, 2 e 3 nos três anos, colocando os resultados nas células E3, E4 e E5, respectivamente, ele poderia fazê-lo com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: clicar na célula E3; clicar em ; teclar ; selecionar as células E3, E4 e E5; clicar no menu ; apontar para a opção Preencher e clicar em Para baixo.

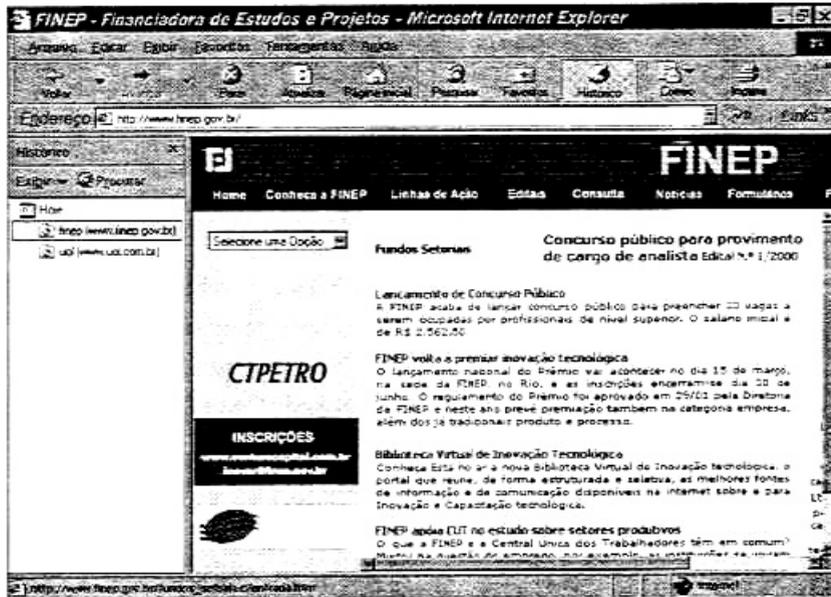
QUESTÃO 23

Ainda no que se refere à figura mostrada no texto CI-I e ao Excel 97, julgue os seguintes itens.

- ❶ Caso o funcionário desejasse minimizar a janela mostrada na figura, ele poderia fazê-lo com sucesso clicando no ícone  na extremidade esquerda da barra de título, e clicando, em seguida, na opção Minimizar.
- ❷ Caso o funcionário selecionasse toda a tabela e clicasse em , seria criado automaticamente um gráfico do tipo colunas. Uma limitação desse botão é que ele permite apenas gráficos em colunas. A única forma de se criar outros tipos de gráficos, como o gráfico do tipo *pizza*, é utilizando a opção Gráfico..., do menu Ferramentas.
- ❸ Um clique no menu Formatar faz aparecer uma lista de opções, entre as quais a opção Coluna, que pode ser utilizada em uma seqüência de operações para alterar a largura da coluna em que se encontra uma célula selecionada.
- ❹ Caso o funcionário clique na célula E3, digite a expressão $=1000+B3+C3+D3/10$ e, em seguida, tecla Enter, aparecerá na célula E3 o número 3800.
- ❺ Caso o funcionário execute a seqüência de ações descrita a seguir, ao final dela aparecerão, nas células E3 e F4, respectivamente, os números 27000 e 21000: clicar na célula E3; digitar $=B3+C3$ e, em seguida, teclar Enter; clicar novamente na célula E3; clicar no menu Editar e em Copiar; clicar na célula F4; clicar no menu Editar e, em seguida, em Colar.

QUESTÃO 24

Um usuário, com o auxílio do Internet Explorer 5, acessou o *site* da FINEP para obter informações acerca do concurso público para provimento de cargo de analista. Por meio da *world wide web* (WWW), o usuário obteve a página WWW ilustrada na figura ao lado. A propósito desse acesso à Internet, do Internet Explorer 5, da Internet, da WWW e com base na figura mostrada, julgue os itens abaixo.



- ❶ Pode-se afirmar, observando a figura acima, que o Internet Explorer 5 estava trabalhando no modo *off-line* quando a figura foi obtida.
- ❷ Em razão de as palavras Lançamento de Concurso Público não estarem sublinhadas, pode-se concluir que, ao se clicar sobre elas não haverá nenhum *hyperlink* associado.
- ❸ A partir das informações contidas na figura mostrada, apesar de não ser possível afirmar qual é a quantidade de páginas WWW relacionadas no diretório  finep do histórico, é correto afirmar que, caso o usuário tenha acessado diversas páginas que foram relacionadas nesse diretório, a página www.finep.gov.br foi a primeira desse diretório a ser acessada na seção do Internet Explorer 5 ilustrada.
- ❹ Na seção do Internet Explorer 5 ilustrada na figura acima, caso o usuário queira realizar uma pesquisa para obter informações acerca de outros *sites* relacionados à FINEP, ele poderá, simplesmente, clicar em , que, automaticamente, por meio do *site* do AltaVista, fará a pesquisa desejada.
- ❺ Na seção do Internet Explorer 5 mostrada, caso o usuário queira enviar a um destinatário, por meio do correio eletrônico, a página www.finep.gov.br ilustrada acima, ele poderá fazê-lo corretamente clicando em , que torna disponível a opção de enviar o documento desejado como um anexo ou como uma mensagem somente de leitura.

Whereas science was long considered as a vehicle of knowledge, and not as the principle of an action, modern times have witnessed the development of sciences and technologies enabling humankind to establish strategies to act upon nature. In other words, science has passed from speculation to action. However, in doing so, it has brought up fresh problems and new concerns. If, only yesterday, we allowed it free development in the context of everyone's well-being it was supposed to guarantee, we now ask it to show previous proof of its innocence.

From this observation was born the idea of technology assessment, which appeared essential to scientific and political bodies. Mechanisms had to be put in place in order to control technical progress while, at the same time, anticipating its consequences.

In the early 80's, on the occasion of a number of debates such as the orientations concerning nuclear, spatial or cable programmes, the French Parliament came to the conclusion that it was unable to evaluate the Government's decisions on the major directions of scientific and technological policy.

It therefore decided to endow itself with its own structure of assessment: the Parliamentary Office for Evaluation of Scientific and Technological Options (POESCT).

Any matter referred to POESCT leads to the nomination of one or more *rapporteurs*, exclusively selected from the members of POESCT. Many different study programmes have brought together a member of the National Assembly and a Senator. After preparing his study programme, the *rapporteur* submits the conclusions of his feasibility study together with methodological remarks to the members of POESCT. At that stage, he suggests either that an end should be put to his work, which happens very rarely, or he proposes to modify the extent of the study.

The *rapporteur* then goes ahead with hearings enabling him to gather, without exclusion, all opinions from concerned persons and organizations. He may also travel in France or abroad in order to inspect installations and firms connected with his work.

Throughout his study, the *rapporteur* is assisted by a parliamentary civil servant and, if need be, by a work-group made up of competent people not belonging to Parliament. He may also hire French or foreign free-lance experts and consultants for further investigation into specific items. He may likewise gather the opinions of trade unions, professional organizations, and charities for the protection of the environment or consumer-defence.

QUESTÃO 25

According to text LI-I, judge the items below.

- ① Formerly science used to be a matter of speculative considerations.
- ② Science was long taken as a principle of an action.
- ③ Only nowadays are humans able to change nature.
- ④ In the past, it was assumed that science was capable to ensure humanity's well-being.
- ⑤ Neither science nor technology can just be freely developed.

QUESTÃO 26

It can be concluded from text LI-I that

- ① technology evaluation is only a scientific matter.
- ② mechanisms should substitute for technical progress.
- ③ technology has to be controlled to prevent its bad consequences.
- ④ about twenty years ago, the French Government could take decisions concerning nuclear matters.
- ⑤ French Government decisions concerning scientific and technological policy were thought to have to be assessed by the Parliament.

QUESTÃO 27

Based on text LI-I, judge the following items.

- ① The POESCT's role is to endorse the French Government decisions.
- ② Once a matter is sent to POESCT at least two *rapporteurs* are immediately appointed.
- ③ The POESCT is a technical entity.
- ④ Hardly ever are the *rapporteur's* conclusions regarding his feasibility study brought to an end.
- ⑤ The *rapporteur* submits his study directly to the Government.

QUESTÃO 28

In relation to text LI-I, judge the items that follow.

- ① The nominated *rapporteur* collects opinions from every person and organization.
- ② The *rapporteur* may get in touch with foreign firms related to his study.
- ③ Other experts throughout other countries may also take part in the *rapporteur's* study.
- ④ The POESCT is a French institution.
- ⑤ The designated *rapporteur* only hears technical institutions.

A conflitante formação de valores das novas gerações

A família tem sido considerada a célula-base da sociedade; ela concebe e desenvolve novos indivíduos, reproduzindo e alterando valores sociais, das mais variadas formas. A ela é confiada a responsabilidade de formar gerações. Questiona-se, entretanto, se a família estaria, realmente, desempenhando esse papel e formando gerações moral e eticamente saudáveis, ou delegando essa responsabilidade a terceiros, arriscando-se a produzir conflitos dessa ordem consigo mesma.

Faz-se necessário verificar que a dinâmica social que enfrentamos impingiu-nos a transferir o papel de criação de nossos filhos às creches e escolas, bem como a diminuirmos nosso tempo de contato com eles, resultando prejudicada a transferência direta de valores de uma para outra geração.

Tende a ocorrer, então, uma padronização nos valores dos novos seres, uma vez que, em cada faixa social, predomina um código ético e moral distinto e bastante definido. Ainda que, por vezes, estes se mesquem, a tendência para uma massificação, quer de grupos ou global, cujo controle nos foge, é inevitável.

A consequência de uma relação social como a descrita, no âmbito da família que carece de tempo de convívio e de ideais comuns, é a suscetibilidade ao rompimento brusco da intimidade familiar, devido a confrontos entre pessoas que, embora ligadas pelo mesmo sangue, não aprenderam juntas os caminhos e o valor da vida. Pode ocorrer, então, o surgimento de uma geração que ficará à mercê de conceitos sociais pluralistas os quais, embora preparem a família para enfrentar e reproduzir a sociedade, não lhe garantem a transferência dos valores entre as gerações.

André Felipe G. Martins. *Desmistificando a redação*. Florianópolis: Pallotti, 1997, p. 64 (com adaptações).

QUESTÃO 29

Julgue os itens abaixo com relação às idéias do texto LP-I.

- 1 O autor põe em dúvida a competência da família moderna para formar novas gerações saudáveis quanto à moral e à ética.
- 2 A causa maior dos danos advindos da transferência de insólitos valores de uma para outra geração reside na dinâmica social que transfere o papel de criação de nossos filhos às creches e escolas.
- 3 Ainda que valores de gerações distintas se mesquem, a tendência para uma massificação é inevitável, porque em cada faixa social predomina um código ético e moral distinto e bastante definido.
- 4 Uma família carente de tempo de convívio e de ideais comuns está sujeita ao rompimento brusco, porque nem sempre pessoas ligadas pelo mesmo sangue aprendem a dar valor à vida.
- 5 O autor percebe com otimismo um desfecho para o problema analisado, porque acredita que a sociedade possui mecanismos para garantir a transferência dos valores entre as gerações.

QUESTÃO 30

Em cada um dos seguintes itens, julgue se a substituição do fragmento de texto sublinhado pela expressão em negrito preserva o sentido original da mensagem apresentada no texto LP-I.

- 1 “Questiona-se, entretanto, se a família” (l.4-5) ⇒ **portanto**
- 2 “Tende a ocorrer, então, uma padronização” (l.14) ⇒ **dessa forma**
- 3 “uma vez que, em cada faixa social” (l.15) ⇒ **haja vista que**
- 4 “uma massificação, quer de grupos ou global” (l.17-18) ⇒ **ou grupal ou global**
- 5 “pessoas que, embora ligadas pelo mesmo sangue” (l.22-23) ⇒ **quem, apesar de que**

Geração liberal — aplauso ou degola?

Às vésperas do terceiro milênio, labirintos misteriosos da ciência e doenças outrora incuráveis vêm sendo desvendados. Mas, à medida que se desenvolve, o século da urgência expõe à guilhotina famílias inocentes, desnordeadas com o constante processo de mudanças sociais por que passamos.

Depois do período de ditadura militar brasileiro, de 1964 a 1979, o excesso de liberdade e a falta de rigidez na instrução dos filhos surgem como consequência da repressão e do autoritarismo que os pais vivenciaram décadas atrás. As não raras cenas de hoje de violência e injustiça também contribuem para a degradação da família. Habitadas ao cotidiano de assaltos, brigas e seqüestros, as crianças levam para dentro dos próprios lares atitudes agressivas — espelho do mundo moderno.

Grande parte dessa culpa atribui-se, ainda, à necessidade de nossa era consumista, que mantém os pais longe de casa, pois o trabalho, colocado em primeiro plano, absorve-lhes bastante tempo. Para compensar a carência afetiva a que estão sujeitos seus filhos, os pais tentam, por meio de dinheiro, recuperar a integração em casa: compram-lhes brinquedos, roupas e calçados da moda.

Assim, o progresso tecnológico, com um riso irônico, lega aos homens seus inventos mirabolantes, mas debocha do crescimento desordenado e rápido de uma sociedade contraditória, que se moderniza cientificamente, mas regride no âmbito dos valores morais. É preciso que se descubra o que torna o homem inerte diante de tal situação, para que se possa resgatar a união e a identidade da instituição familiar, pois ainda há tempo para se evitar a degola da mesma.

Lisiane Schneider. *Desmistificando a redação*. Florianópolis: Pallotti, 1997, p. 75 (com adaptações).

QUESTÃO 31

Julgue os itens abaixo, que constituem reescrituras de trechos do texto LP-II, quanto à correção gramatical e à manutenção do sentido original das idéias apresentadas no referido texto.

- 1 Linhas de 1 a 6: Os labirintos misteriosos da ciência entre eles a cura para doenças outrora incuráveis, vêm sendo desvendados às vésperas do terceiro milênio. Mas à proporção que o século da urgência se desenvolve, expõe à guilhotina famílias inocentes e desnordeadas com o constante processo de mudanças sociais porque passamos.
- 2 Linhas de 7 a 10: O uso excessivo da liberdade e a falta de rigidez na instrução dos filhos surgem como consequências da repressão e do autoritarismo que os pais vivenciaram há anos, durante o período da ditadura militar (1964 a 1979), no Brasil.
- 3 Linhas de 16 a 19: Para satisfazer à nossa necessidade de consumistas, que nos mantêm longe de casa, atribuímos grande parte de nossa culpa ao trabalho, colocado em primeiro plano, absorvendo-nos bastante tempo.
- 4 Linhas de 19 a 22: Para compensar a carência afetiva de seus filhos, os pais tendem a recuperar, por meio de dinheiro a integração familiar: compram-lhes roupas, brinquedos, e calçados da moda.
- 5 Linhas de 27 a 30: É preciso descobrir o que torna o homem impávido diante de tal situação, para que se possam resgatar a união e a identidade da instrução familiar, contra cuja destruição ainda há tempo de se lutar.

Assim, o progresso **tecnológico** (a), com um **riso irônico** (b), **lega aos homens** (c) **seus inventos mirabolantes** (d), mas **debocha do crescimento desordenado** (e) e **rápido** (f) **de uma sociedade contraditória** (g), que se moderniza **cientificamente** (h), mas **regride no âmbito dos valores morais** (i).

Julgue os seguintes itens, referentes à função sintática das expressões negritadas e indexadas no fragmento do texto LP-II transcrito acima.

- 1 As palavras assinaladas em (a) e (f) são adjetivos que exercem a função de adjuntos adnominais dos substantivos que as antecedem.
- 2 As expressões destacadas em (b) e (h) são adjuntos adverbiais de modo.
- 3 As expressões (c) e (e) são os objetos indiretos das formas verbais que as antecedem.
- 4 A expressão (d) exerce a função de objeto direto da forma verbal "lega".
- 5 Tanto a expressão (g) quanto a (i) exercem a mesma função sintática: são complementos nominais do substantivo "progresso".

QUESTÃO 33

Confrontando a tipologia textual e as idéias dos textos LP-I e LP-II, julgue os itens a seguir.

- 1 Os dois textos dissertam acerca do mesmo assunto, qual seja, o conflito familiar na educação das novas gerações.
- 2 Ambos os textos estruturam-se com um parágrafo introdutório, de âmbito geral, dois blocos em que se enfocam desdobramentos do tema e um parágrafo conclusivo, em que se arrematam as idéias já apresentadas.
- 3 Enquanto o texto LP-I focaliza o assunto sem detalhar o fator temporalidade, o texto LP-II situa o problema no tempo e no espaço, circunscrevendo-o à realidade brasileira da segunda metade do século XX.
- 4 Há em comum aos dois textos o argumento de que a diminuição do tempo de permanência dos pais com os filhos é um dos fatores responsáveis pelo aumento de conflitos.
- 5 A conclusão de ambos os textos dá-se em forma narrativa, em linguagem conotativa, em um registro mais informal.

Texto LP-III – questões 34 e 35

A necessidade social determina que as pessoas desejem destinar recursos à aquisição de um objeto e não de outra coisa. O objeto da necessidade pode ser uma ferramenta de corte mais eficiente, um dispositivo capaz de elevar pesos maiores, um novo meio de utilizar combustíveis ou fontes de energia, ou ainda, já que as necessidades militares sempre serviram de estímulo à inovação tecnológica, pode tomar a forma de armas mais potentes. Na moderna sociedade de consumo, muitas necessidades são geradas artificialmente pela publicidade e pelo desejo de ostentação. Seja qual for a fonte da necessidade social, contudo, é essencial a existência de uma quantidade suficiente de pessoas que a manifestem, criando-se assim mercado para o produto desejado.

Os recursos sociais são igualmente indispensáveis para que uma inovação seja bem-sucedida. Muitas invenções fracassam pelo fato de não haver recursos sociais indispensáveis para sua realização — capital, matérias-primas e mão-de-obra qualificada. Os cadernos de Leonardo da Vinci, gênio do Renascimento, estão repletos de idéias para a construção de helicópteros, submarinos e aviões, mas a maioria delas sequer chegou ao estágio do protótipo devido à falta de algum tipo de recurso social. Um ambiente social favorável é aquele em que os grupos sociais dominantes estão preparados para se empenhar na defesa da inovação tecnológica. Essa receptividade pode limitar-se a determinados campos, como a perspectiva de aprimoramento das armas ou das técnicas de navegação, mas também pode tomar a forma de uma atitude questionadora mais generalizada. De qualquer modo, não há dúvida de que a existência de grupos sociais importantes, interessados em incentivar o trabalho de inventores e de aplicar suas idéias, foi sempre um fator determinante da evolução tecnológica.

Encyclopaedia Britannica do Brasil, versão eletrônica (com adaptações).

QUESTÃO 34

Julgue se as relações de sentido estabelecidas em cada um dos itens seguintes estão contempladas no texto LP-III.

- 1 combustíveis e fontes de energia / recursos publicitários
- 2 modismos e consumismo / necessidades religiosas
- 3 atitude questionadora generalizada / recursos econômicos e financeiros
- 4 aquisição de bens materiais / necessidades sociais
- 5 inovações tecnológicas / necessidades militares

QUESTÃO 35

Com relação à sintaxe de concordância e de regência, à pontuação e à manutenção do sentido original do texto LP-III, julgue os itens que se seguem, que constituem reescrituras de trechos do primeiro parágrafo desse texto.

- 1 O desejo das pessoas é determinado pela necessidade social, que obedece os impulsos à aquisição de um objeto sim, e de outro produto, não.
- 2 O objeto de uma necessidade pode ser uma ferramenta que corte mais eficientemente, um dispositivo que levante pesos maiores, uma nova forma de utilização de combustíveis ou de fontes de energia (...)
- 3 (...) porque as carências militares sempre estimularam a inovação tecnológica, o objeto da necessidade pode tomar a forma de armas mais potentes.
- 4 Muitas necessidades modernas da sociedade de consumo são, oriundas pela artificialidade publicitária e pelo desejo de ostentação do produto em moda.
- 5 Entretanto, a criação de mercado para o produto almejado, qualquer que seja a fonte da necessidade social, depende, essencialmente, de haver uma quantidade suficiente de pessoas declaradamente interessadas.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir, que vale **quatro** pontos, faça o que se pede, usando as páginas para rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois **não serão avaliadas provas com texto escrito em local indevido**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas **efetivamente escritas** será apenada, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

Leia os seguintes fragmentos de textos.

O avanço da tecnologia trouxe inúmeros benefícios para o homem, dos quais o principal foi tornar o trabalho mais fácil e mais produtivo. Interpretadas como motores do progresso, as inovações tecnológicas foram implantadas sem cuidado com seus possíveis efeitos prejudiciais. Nos últimos anos do século XX, o lado negativo do progresso tecnológico tornou-se objeto de reflexão nas sociedades industrializadas, que se voltaram para a busca de tecnologias alternativas menos agressivas ao ambiente.

Em qualquer estudo histórico da evolução tecnológica, torna-se inquestionável a existência de um elemento progressivo na tecnologia que, em geral, evolui de forma cumulativa, à medida que cada nova geração herda da anterior um estoque de técnicas — sobre o qual trabalhará se sentir necessidade e se as condições sociais permitirem. Embora isso se tenha registrado no passado, e ainda na atualidade, não é, porém, intrínseco à natureza da tecnologia que tal processo de acumulação deva ocorrer, e nem sempre assim se dá a evolução. O fato de muitas sociedades terem permanecido estagnadas por longos períodos, mesmo quando se encontravam em estágios relativamente avançados da evolução tecnológica, e de algumas terem chegado a regredir e a perder técnicas que receberam e acumularam, demonstra a natureza ambígua da tecnologia e a importância fundamental de relacioná-la a outros fatores sociais.

Encyclopaedia Britannica do Brasil, versão eletrônica (com adaptações).

José

E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos
que ama, protesta?
e agora, José?

Está sem mulher,
está sem discurso,
está sem carinho,
já não pode beber,

já não pode fumar,
cuspir já não pode,
a noite esfriou,
o dia não veio,
o bonde não veio,
o risco não veio,
não veio a utopia,
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou
e agora, José?
(...)
Com a chave na mão
quer abrir a porta,
não existe porta:
quer morrer no mar,

mas o mar secou;
quer ir para Minas
Minas não há mais.
José, e agora?
(...)
Sozinho no escuro,
qual bicho-do-mato,
sem teogonia
sem parede nua,
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja a galope
você marcha, José!
José, para onde?

Carlos Drummond de Andrade. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964, p. 130.

Considerando que as idéias apresentadas nos textos da prova objetiva de língua portuguesa e nos fragmentos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do tema a seguir.

O PROGRESSO TECNOLÓGICO TRAZ FELICIDADE PARA A HUMANIDADE?